

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG PARA: 1) APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO HOSPITAL ESTADUAL DE DOENÇAS TROPICAIS “DR. ANUAR AUAD” (HDT) E DO CENTRO ESTADUAL DE ATENÇÃO PROLONGADA E CASA DE APOIO CONDOMÍNIO SOLIDARIEDADE (CEAP-SOL), AMBOS EM GOIÂNIA-GO, NO ANO DE 2018; 2) APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE ATIVIDADES DO ANO DE 2018 DAS 2 UNIDADES SOB A GESTÃO DO ISG NO ESTADO DE GOIÁS, CITADAS NO ITEM 1; E 3) OUTROS ASSUNTOS.

Aos 06 dias do mês maio de 2019, às 11:00 horas, reuniram-se nesta Capital, na sede do “**INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG**”, na Alameda Salvador, 1057, Condomínio Salvador Shopping Business, 1057, Torre América, sala 712, CEP 41.820-790, os membros integrantes do Conselho de Administração, que assinam a anexa lista de presença, e ainda o Diretor-Presidente, **Dr. André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes**, na qualidade de Dirigente Máximo deste Instituto, atendendo ao disposto no art. 20, XI do Estatuto Social do ISG, para discutir e deliberar sobre:

1) APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO HOSPITAL ESTADUAL DE DOENÇAS TROPICAIS “DR. ANUAR AUAD” (HDT) E DO CENTRO ESTADUAL DE ATENÇÃO PROLONGADA E CASA DE APOIO CONDOMÍNIO SOLIDARIEDADE (CEAP-SOL) DO ANO DE 2018.

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 42451-31 DO
LIVRO: A EM 21/05/2019

Dando início ao primeiro item da pauta, o Diretor-Presidente passou a palavra ao então Diretor Executivo e Financeiro no exercício de 2018, Eng^o João Carlos Sampaio, bem como para o atual Diretor Financeiro, Sr^o Terêncio Sant’Ana Costa, para que os mesmos apresentassem o relatório da auditoria realizada nas demonstrações contábeis do exercício de 2018 do Hospital de Doenças Tropicais e do Condomínio Solidariedade.

Inicialmente, os Diretores informaram que a contabilidade do Instituto no exercício de 2018 foi realizada pela empresa TMF Group (www.tmf-group.com) e a auditoria externa independente foi

realizada pela auditoria Work 7 (www.work7.com.br). Ressaltaram, ainda, que o referido relatório da auditoria independente concluiu pela regularidade das demonstrações contábeis do exercício de 2018 do Hospital de Doenças Tropicais e do Condomínio Solidarietàade.

Os Diretores informaram aos presentes que, com base no atual relatório da auditoria, o Conselho Fiscal, reunido no dia 03 de maio de 2019, emitiu parecer recomendando, por unanimidade, a aprovação das demonstrações contábeis do Instituto relativas ao exercício de 2018.

Destacaram que os pareceres do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente ficarão disponíveis para consulta nos arquivos do Instituto.

Na sequência, os Diretores apresentaram as demonstrações contábeis do Hospital de Doenças Tropicais e do Condomínio Solidarietàade referentes ao exercício de 2018. Os Conselheiros debateram alguns pontos dos balanços.

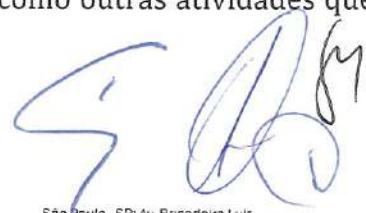
Finda as discussões e esclarecidas as dúvidas, os Conselheiros presentes aprovaram, por unanimidade, as demonstrações contábeis do Hospital de Doenças Tropicais “Dr. Anuar Auad” e do Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidarietàade referentes ao exercício de 2018.

2) APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2018 DAS 2 UNIDADES SOB A GESTÃO DO ISG NO ESTADO DE GOIÁS, INDICADAS NO ITEM 1.

Dando início ao segundo item da pauta, o Diretor-Presidente passou a apresentar os relatórios de atividades do Hospital de Doenças Tropicais e do Condomínio Solidarietàade referentes ao exercício de 2018.

O Diretor pontuou as metas alcançadas em cada Contrato de Gestão, bem como outras atividades que foram destaques em cada unidade no exercício de 2018.

REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 42451-31 DO
LIVRO A EX 21/05/2019



Os conselheiros discutiram exaustivamente todos os pontos mencionados nos relatórios, o histórico das atividades desempenhadas pelas unidades e do cumprimento das metas.

Diante dos documentos e informações apresentadas, os conselheiros aprovaram, por unanimidade, os relatórios de atividades do Hospital de Doenças Tropicais “Dr. Anuar Auad” e do Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade referentes ao exercício de 2018.

3) OUTROS ASSUNTOS


Passando ao terceiro item da pauta, o Diretor-Presidente abriu a palavra para outros assuntos.

Não havendo mais nada a ser deliberado, o Diretor agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, tendo sido redigida a presente ata.


Salvador, 06 de maio de 2019.



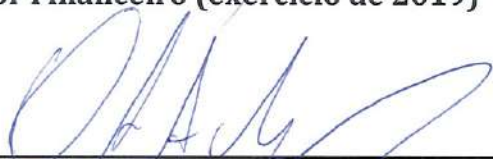
André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes
Diretor-Presidente



João Carlos da Silva Sampaio
Diretor Executivo/Financeiro (exercício de 2018)



Terêncio Sant'Ana Costa
Diretor Financeiro (exercício de 2019)



Otávio Augusto Cardoso Adegas
Secretário


1º REGISTRO DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS E CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS - SALVADOR-BA
GABRIELA SANTANA BISPO
OFICIAL SUBSTITUTA

1º REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 42451-31 DO
LIVRO: A EM 21/05/2019

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG PARA APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DOS RELATÓRIOS DE ATIVIDADES DO HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS "DR. ANUAR AUAD" (HDT) E DO CENTRO ESTADUAL DE ATENÇÃO PROLONGADA E CASA DE APOIO CONDOMÍNIO SOLIDARIEDADE (CEAP-SOL) DO ANO DE 2018, REALIZADA EM 06-05-2019.

LISTA DE PRESENÇA

Ana Helena Teixeira Patrus de Souza



Ângela Tamiko Tahara

Bruno de Mello Bomeny



Guilherme Marback Neto

Heitor de Araújo Góes Reis

Ivanildo dos Santos Lourenço

Luciana de Montigny

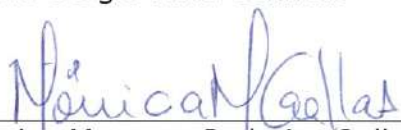
O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 42451-31 DO
LIVRO: A. em 21/05/2019

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG PARA APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DOS RELATÓRIOS DE ATIVIDADES DO HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS "DR. ANUAR AUAD" (HDT) E DO CENTRO ESTADUAL DE ATENÇÃO PROLONGADA E CASA DE APOIO CONDOMÍNIO SOLIDARIEDADE (CEAP-SOL) DO ANO DE 2018, REALIZADA EM 06-05-2019.

Luiz Roberto Londres

Marcos Freitas Knibel

Mário Sérgio Maia Guanais


Mônica Marques Pedreira Gallas

Reginaldo Farasco Perna

Renato Pacheco e Silva Bacellar Neto


Régia Celli Patriota da Sica

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 42451-38 DO
LIVRO: A EM 21/05/2019

AVISO DE CONVOCAÇÃO

Aos 26 dias do mês de abril de 2019, o Diretor-Presidente, **Dr. André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes**, convoca, conforme sua competência estabelecida no Parágrafo Sétimo do art. 19 do Estatuto Social, o comparecimento dos Conselheiros de Administração para a realização da seguinte Reunião Ordinária do Conselho de Administração do **INSTITUTO SÓCRATES GUANAES – ISG**, associação civil sem fins lucrativos, com sede na Alameda Salvador, 1057, Condomínio Salvador Shopping Business, Torre América, Sala 712, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41.820-790:

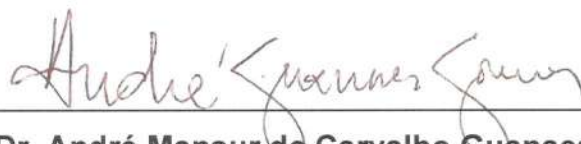
Data: **06 de maio de 2019.**

Local: sede do ISG.

Horário: **10h** em primeira chamada.

Ordem do dia: a) apresentação, análise e aprovação das demonstrações contábeis do Hospital Estadual de Doenças Tropicais “Dr. Anuar Auad” (HDT) e do Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade (CEAP-SOL), ambos do ano de 2018; b) apresentação, análise e aprovação dos Relatórios de Atividades do HDT e do CEAP-SOL do ano de 2018; c) outros assuntos.

Salvador, 26 de abril de 2019.



Dr. André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes

Diretor-Presidente

Eu, _____,
Conselheiro de Administração ao Instituto Sócrates Guanaes, recebi o Aviso de Convocação no dia 26 de abril de 2019, ficando ciente da Reunião Ordinária do Conselho de Administração a ser realizada no dia supramencionado e de sua ordem do dia.



Conselheiro:

CPF/MF nº:

AVISO DE CONVOCAÇÃO

Aos 26 dias do mês de abril de 2019, o Diretor-Presidente, **Dr. André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes**, convoca, conforme sua competência estabelecida no Parágrafo Sétimo do art. 19 do Estatuto Social, o comparecimento dos Conselheiros de Administração para a realização da seguinte Reunião Ordinária do Conselho de Administração do **INSTITUTO SÓCRATES GUANAES – ISG**, associação civil sem fins lucrativos, com sede na Alameda Salvador, 1057, Condomínio Salvador Shopping Business, Torre América, Sala 712, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41.820-790:

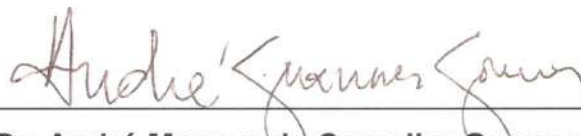
Data: **06 de maio de 2019.**

Local: sede do ISG.

Horário: **10h** em primeira chamada.

Ordem do dia: a) apresentação, análise e aprovação das demonstrações contábeis do Hospital Estadual de Doenças Tropicais “Dr. Anuar Auad” (HDT) e do Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade (CEAP-SOL), ambos do ano de 2018; b) apresentação, análise e aprovação dos Relatórios de Atividades do HDT e do CEAP-SOL do ano de 2018; c) outros assuntos.

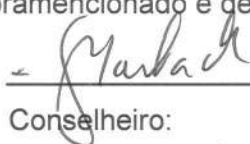
Salvador, 26 de abril de 2019.



Dr. André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes

Diretor-Presidente

Eu, _____,
Conselheiro de Administração ao Instituto Sócrates Guanaes, recebi o Aviso de Convocação no dia 26 de abril de 2019, ficando ciente da Reunião Ordinária do Conselho de Administração a ser realizada no dia supramencionado e de sua ordem do dia.



Conselheiro:

CPF/MF nº: 384.561.205-10

AVISO DE CONVOCAÇÃO

Aos 26 dias do mês de abril de 2019, o Diretor-Presidente, **Dr. André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes**, convoca, conforme sua competência estabelecida no Parágrafo Sétimo do art. 19 do Estatuto Social, o comparecimento dos Conselheiros de Administração para a realização da seguinte Reunião Ordinária do Conselho de Administração do **INSTITUTO SÓCRATES GUANAES – ISG**, associação civil sem fins lucrativos, com sede na Alameda Salvador, 1057, Condomínio Salvador Shopping Business, Torre América, Sala 712, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41.820-790:

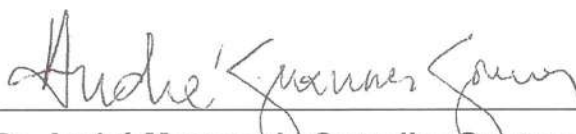
Data: **06 de maio de 2019.**

Local: sede do ISG.

Horário: **10h** em primeira chamada.

Ordem do dia: a) apresentação, análise e aprovação das demonstrações contábeis do Hospital Estadual de Doenças Tropicais “Dr. Anuar Auad” (HDT) e do Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade (CEAP-SOL), ambos do ano de 2018; b) apresentação, análise e aprovação dos Relatórios de Atividades do HDT e do CEAP-SOL do ano de 2018; c) outros assuntos.

Salvador, 26 de abril de 2019.



Dr. André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes

Diretor-Presidente

Eu, _____,

Conselheiro de Administração ao Instituto Sócrates Guanaes, recebi o Aviso de Convocação no dia 26 de abril de 2019, ficando ciente da Reunião Ordinária do Conselho de Administração a ser realizada no dia supramencionado e de sua ordem do dia.



Conselheiro:

CPF/MF nº:

AVISO DE CONVOCAÇÃO

Aos 26 dias do mês de abril de 2019, o Diretor-Presidente, **Dr. André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes**, convoca, conforme sua competência estabelecida no Parágrafo Sétimo do art. 19 do Estatuto Social, o comparecimento dos Conselheiros de Administração para a realização da seguinte Reunião Ordinária do Conselho de Administração do **INSTITUTO SÓCRATES GUANAES – ISG**, associação civil sem fins lucrativos, com sede na Alameda Salvador, 1057, Condomínio Salvador Shopping Business, Torre América, Sala 712, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41.820-790:

Data: **06 de maio de 2019.**

Local: sede do ISG.

Horário: **10h** em primeira chamada.

Ordem do dia: a) apresentação, análise e aprovação das demonstrações contábeis do Hospital Estadual de Doenças Tropicais “Dr. Anuar Auad” (HDT) e do Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade (CEAP-SOL), ambos do ano de 2018; b) apresentação, análise e aprovação dos Relatórios de Atividades do HDT e do CEAP-SOL do ano de 2018; c) outros assuntos.

Salvador, 26 de abril de 2019.

Dr. André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes

Diretor-Presidente

Eu, _____,
Conselheiro de Administração ao Instituto Sócrates Guanaes, recebi o Aviso de Convocação no dia 26 de abril de 2019, ficando ciente da Reunião Ordinária do Conselho de Administração a ser realizada no dia supramencionado e de sua ordem do dia.

Conselheiro:

CPF/MF nº:

1º Registro de Títulos e
Documentos de Salvador/BA.



Oficial Substituta

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

○ REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 42451-31 DO
LIVRO: A-EM 21-05-19

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado e do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

1º Registro de Títulos e
Documentos de Salvador /BA



Oficial Substituta

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 42451-32 DO
LIVRO: ATEM 21-05-19

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**

Aos diretores do
INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG
GESTOR DO HOSPITAL DE DOENÇAS TROPICAIS Dr. ANUAR AUAD – HDT
Goiânia - GO

1º Registro de Títulos e
Documentos de Salvador/BA


Oficial Substituta

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG – Gestor do HDT** - que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada “**Base para opinião com ressalva**”, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG – Gestor do HDT**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva

Apesar da conferência dos itens de estoque, realizada ao final do exercício de 2018, ter sido satisfatória, os relatórios gerenciais apresentados, sob a responsabilidade da Entidade, foram insuficientes para concluir sobre a valoração dos custos que compõem o valor do Estoque. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à valoração do grupo e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria.

Os registros contábeis apresentados, sob a responsabilidade da Entidade, foram insuficientes para concluir sobre a composição do Saldo das Contas referentes aos encargos sociais e obrigações tributárias (INSS, FGTS, IRRF retido, ISS retido, COFINS retido, CSLL retido, PIS retido, bem como PIS sob a folha de pagamento), uma vez que essas rubricas não sofreram atualização de juros e multas dos respectivos débitos. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à composição desses valores e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria.

Conforme descrito na Nota 09 - Fornecedores, a Entidade possui obrigações decorrentes de aquisições, em sua grande maioria de medicamentos, insumos e serviços, necessárias para o atendimento ao contrato de gestão 091/2012 e seus aditivos. Contudo, em detrimento da antecipação dos custos, conforme descrito na Nota 05, no valor de R\$ 33.205 milhões, para posterior recebimento, a Entidade cresceu o financiamento, realizado por fornecedores, através das compras a prazo. Porém, os controles apresentados pelo departamento financeiro não são análogos aos lançamentos contábeis, principalmente no que se refere a provisão de serviços prestados, onde o montante de R\$ 2.472.076,48 pode vir a estar subavaliado, pelo fato dos fornecedores terem continuado a prestação de serviço, conforme previsão contratual. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto

○ REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 12451-31 DO

IVRO: A - E - M - 21 - 05 - 19



à valoração das possíveis contingências e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria, das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

▪ Crédito de Subvenção e Reconhecimento da Receita

Os detalhes sobre a política contábil, relativos a Crédito de Subvenções a receber da Secretária de Estado da Saúde de Goiás – SES/GO, estão correlacionados nas Notas "05 DEMONSTRATIVO DO CONTRATO DE GESTÃO E ADITIVOS" e "15 RECEITAS COM PROGRAMA DE ATIVIDADES DE SAÚDE COM RESTRIÇÃO", ambas relacionadas nas demonstrações contábeis da Entidade.

A avaliação realizada pela administração da Entidade, sobre os Créditos de Subvenções a receber, no valor de R\$ 25.057 milhões, envolve o pressuposto de que o acordado no contrato de Nº 091/2012, firmado entre a SES-GO - Secretaria de Estado da Saúde de Goiás e o INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital de Doenças Tropicais Dr. Anuar Auad – HDT, será cumprido no exercício seguinte.

A decisão concretizada pela Administração da Entidade foi de honrar com os critérios do contrato de Gestão. Neste sentido, a Entidade realizou, antecipadamente, custos/despesas, em relação aos repasses mensais, definidos em contrato, fato este que gerou um reconhecimento de Receita com atividade de saúde na ordem de R\$ 86.804 milhões, ocasionando o reconhecimento do crédito de subvenção a favor da Entidade, em virtude do custo/despesa ter sido maior que os valores repassados para o período em análise.

Resposta da auditoria ao assunto

Avaliamos a consistência entre a política contábil, relacionada com o registro das Subvenções Governamentais a Realizar/Executar, vinculado ao contrato de gestão junto a SES/GO, e se os procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade.

Realizamos testes para validar se o REGIME DE COMPETÊNCIA estava sendo observado, se a

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 42451-31 DO
LIVRO: A-E-M-2105-19



receita de subvenção governamental estava reconhecida, ao longo do período necessário, e se esta foi confrontada com as despesas correspondentes. Também, verificamos que a receita não estava sendo reconhecida no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras contratuais para realizar o reconhecimento dessa receita.

Contudo, realizamos uma análise da correlação entre o reconhecimento da receita de subvenção em confronto com as despesas correspondentes. Semelhantemente, constatamos que a diferença da subvenção relacionada foi transferida para a conta de “contratos de gestão e convênios” no Ativo, uma vez que o contrato suporta o reconhecimento da receita em relação a tais custos/despesas, conforme relacionado na Nota “05 DEMONSTRATIVO DO CONTRATO DE GESTÃO E ADITIVOS”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB

▪ **Critério Contábil – Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2)**

Os detalhes sobre a política contábil, concernentes a mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota “3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS”, subitem “3.2 ATIVO IMOBILIZADO”, letra “a”, “RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO”, informados nas demonstrações contábeis da Entidade.

A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos do contrato de gestão N° 091/2012, firmado entre a SES-GO - Secretaria de Estado da Saúde de Goiás e o Instituto Sócrates Guanaes – ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital de Doenças Tropicais Dr. Anuar Auad – HDT, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo Ativo Imobilizado. O contrato deixa claro que tais bens são do Estado, por meio da SES-GO e que, ao final do instrumento pactuado, estes serão devolvidos à contratante. Neste sentido, a Entidade gestora do HDT optou por acatar o novo entendimento contábil.

Resposta da auditoria ao assunto

Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, em especial as Resoluções CFC N.º 1.374/11, que dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e Resolução CFC N.º 1.185/09, que aprovou à NBC TG 26 (R5) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, obtém-se o entendimento que a essência sobre a forma deve prevalecer.

Em observação as referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos conduziram a uma apresentação tão enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis, qual seja, exigência à contínua obediência da prevalência da ESSÊNCIA SOBRE A FORMA, estabelecido na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a Entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s).

Neste sentido, encaminhamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconheceu que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 4245131 DO

LIVRO: A-Em-21-05-19

a subvenção relacionada, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsão contratual, e atendimento a essência sobre a forma, contrariando parte dos dizeres da Resolução CFC 1.305/2010, que aprova a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais.

Ênfase

Continuidade das operações, saldo limite do reconhecimento da receita e Ativo e Passivo Compensado

Conforme descrito na Nota 15, os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pela SES-GO, conforme previsto no Contrato de Gestão N.º 091/2012 e demais aditivos, contudo, indicamos a existência de incerteza quanto à continuidade/prorrogação do contrato de gestão, prevista para conclusão em 27/06/2019. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Conforme descrito na Nota 5, os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pela SES-GO, conforme previsto no Contrato de Gestão N.º 091/2012 e demais aditivos. Contudo, chamamos a atenção para o saldo limite remanescente da receita a ser reconhecida até a conclusão do contrato, que em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 9.153 milhões. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Conforme descrito na Nota 8, os relatórios gerenciais apresentados, sob a responsabilidade da Entidade, não estão análogos às contas contábeis demonstradas no grupo de Ativo e Passivo Compensado, e, por força de contratos, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, com modificação, em 23 de abril de 2018.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 4245131 DO
LIVRO: AEM 21-05-19



processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.


O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 40151-31 DO
LIVRO: A-EN 2105-19

Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia – GO, 30 de abril de 2019.


Work7 Auditores Independentes SS
CRC 001891 GO


José Ricardo Xavier
Contador / CRC GO-013785/O-0
CVM 12.424

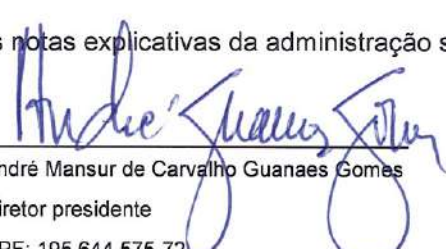
O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 2451-31 DO
LIVRO: A-EM 21-05-19



 Oficial Substituta

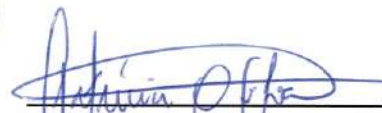
**Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)**

	Nota	2018	2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.270.834,39	5.579.131,37
Contratos de gestão e convênios	5	33.205.207,15	25.057.931,00
Estoque	6	1.321.558,97	785.449,73
Adiantamentos a fornecedores		18.484,67	143.231,31
Adiantamento de férias		206.431,78	-
Adiantamento de vale transporte		16.078,30	12.970,80
Total do ativo circulante		36.038.595,26	31.578.714,21
Não circulante			
Depósitos Judiciais		67.388,38	36.102,74
Partes relacionadas	7	235.353,87	19.610,01
Total do ativo não circulante		302.742,25	55.712,75
Total do ativo		36.341.337,51	31.614.816,95
Ativo compensado	8	13.554.893,12	13.405.964,12
Total do ativo e do ativo compensado		49.896.230,63	45.040.391,08
Passivo e patrimônio social			
Circulante			
Fornecedores	9	12.621.011,21	11.830.902,71
Salários e encargos sociais	10	7.833.548,25	5.275.810,66
Obrigações tributárias	11	9.008.070,37	8.698.955,61
Subvenções assistências a realizar	12	9.411,05	9.411,05
Outras contas a pagar		182.871,96	
Total do passivo circulante		29.654.912,84	25.815.080,03
Não circulante			
Partes relacionadas	13	6.048.957,91	5.819.346,93
Fornecedores Nacionais – LP		637.466,76	0,00
Total do passivo não circulante		6.686.424,67	5.819.346,93
Total do passivo		36.341.337,51	31.614.816,95
Passivo compensado	8	13.554.893,12	13.405.964,12
Total do passivo e patrimônio social e passivo compensado		49.896.230,63	45.040.391,08


As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


 André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes
 Diretor presidente
 CPF: 195.644.575-72


 João Carlos da Silva Sampaio
 Diretor Financeiro
 CPF: 241.522.425-15


 Patrícia de Oliveira da Silva
 Contadora CRC 1RJ086066/O-0 "S" GO

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 2451-31 DO
LIVRO: A-Em 21-05-19


 Oficial Substituta

**Demonstração do resultado
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)**

	Nota	2018	2017
Receitas com restrição			
Programa atividades de saúde	15	86.301.549,76	75.321.916,10
Receita Ressarcimento Rescisão		502.667,07	1.549.794,52
		<u>86.804.216,83</u>	<u>76.871.710,62</u>
Receitas sem restrição			
Outras receitas		<u>385.965,26</u>	<u>335.584,15</u>
Custos com programa			
Programa de atividades de saúde	16	<u>(54.821.259,99)</u>	<u>(50.576.613,53)</u>
Superávit bruto		32.368.922,10	26.630.681,24
Despesas operacionais			
Com pessoal		(9.093.003,12)	(7.721.584,14)
Serviços prestados por terceiros		(17.521.593,80)	(14.818.944,31)
Gerais e administrativas		(4.667.441,56)	(2.315.412,55)
Tributárias		(47.407,30)	(83.158,73)
		<u>(31.329.445,78)</u>	<u>(24.939.099,73)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		1.039.476,32	1.691.581,51
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		52.393,12	7.645,08
Despesas financeiras		(1.091.869,44)	(1.699.226,59)
		<u>(1.039.476,32)</u>	<u>(1.691.581,51)</u>
Superávit do exercício		<u><u>(0,00)</u></u>	<u><u>0,00</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

A demonstração de resultado abrangente não foi apresentada, pois não há operações registradas sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente.


 André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes
 Diretor presidente
 CPF: 195.644.575-72


 João Carlos da Silva Sampaio
 Diretor Financeiro
 CPF: 241.522.425-15


 Patrícia de Oliveira da Silva
 Contadora CRC 1RJ086066/O-0 "S" GO

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOLEFETUADO
SOB O Nº 4245132 DO
LIVRO: A-EX 21-05-19

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)**

EVENTOS	Patrimônio Social	Outras Reservas	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit / Déficit	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de Janeiro de 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Movimentação do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit / Déficit do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Superávit com Restrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos de Gestão e Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes do exercício anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Movimentação do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit / Déficit do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Superávit com Restrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos de Gestão e Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


 André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes
 Diretor presidente
 CPF: 195.644.575-72



 João Carlos da Silva Sampaio
 Diretor Financeiro
 CPF: 241.522.425-15


 Patrícia de Oliveira da Silva
 Contadora CRC 1RJ086066/O-0 "S" GO

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 42451-31 DO
LIVRO: B em 21-05-19

**Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)**

 1º Registro de Títulos e
Documentos de Salvador /BA


Oficial Substituta

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa das atividades sociais		
Superávit do exercício	-	-
Variações nos ativos e passivos		
Contratos de gestão e convênios	(8.277.574,09)	(4.169.092,50)
Estoque	(536.109,24)	(60.164,46)
Impostos e contribuições a recuperar	(711.568,21)	-
Adiantamentos a fornecedores	124.746,64	(89.017,95)
Adiantamento de férias	(206.431,78)	-
Depósitos judiciais	(31.285,64)	(11.506,97)
Outros ativos	(3.107,50)	114.947,94
Fornecedores	1.433.450,13	187.192,70
Salário e encargos sociais	4.594.636,29	(1.287.882,43)
Obrigações tributárias	(891.792,66)	6.932.233,05
Partes relacionadas	13.867,12	3.948.219,14
Outras contas a pagar	182.871,96	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades sociais	<u>(4.308.296,98)</u>	<u>5.564.928,52</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.308.296,98)</u>	<u>5.564.928,52</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>5.579.131,37</u>	<u>14.202,85</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>1.270.834,39</u>	<u>5.579.131,37</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


 André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes
 Diretor presidente
 CPF: 195.644.575-72


 João Carlos da Silva Sampaio
 Diretor Financeiro
 CPF: 241.522.425-15


 Patrícia de Oliveira da Silva
 Contadora CRC 1RJ086066/O-0 "S" GO

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 4245131 DO
LIVRO: B EM 21-05-19

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(em reais)**

1º Registro de Títulos e
Documentos de Salvador/BA



Oficial Substituta

1. Contexto Operacional

O Instituto Sócrates Guanaes - ISG é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde. Especializada em gestão de serviços de saúde seja ela pública ou privada, utilizando-se de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa.

O Hospital de Doenças Tropicais Dr. Anuar Auad (HDT) fundado em 10 de janeiro de 1977, surgiu em virtude de uma grande epidemia de doenças Meningocócicas em Goiás no período de 1972 a 1976. Na época, os antigos hospitais Osvaldo Cruz e Pênfigo não possuíam estrutura para atender a sobrecarga da demanda. Dessa forma, surgiu a necessidade da criação de um hospital que atendesse pacientes portadores de doenças infecciosas e dermatológicas. Assim, nasceu o Hospital de Doenças Tropicais de Goiânia, uma conjugação entre os dois antigos hospitais.

Atualmente, o HDT é um hospital estadual, administrado pelo Instituto Sócrates Guanaes sob os termos do Contrato de Gestão nº 091/2012 e seus correspondentes aditivos. Hospital com gestão inovadora em saúde, ensino e pesquisa. Presta assistência especializada no tratamento de doenças Infecciosas, Infectocontagiosas, Dermatológicas emergentes e reemergentes, Doenças e agravos inusitados em saúde, Acidentes por animais peçonhentos, Alterações genéticas provenientes de doenças infecciosas e medicina para viajantes. O HDT realiza atendimentos nas áreas de: internação pediátrica, internação adulto, UTI, cirurgia geral, cardiologia, cirurgia torácica, dermatologia, endocrinologia, gastroenterologia, ginecologia, hematologia, infectologia, infectologia-leishmaniose, nefrologia, neurocirurgia, neurologia, proctologia, fisiologia, urologia, psiquiatria; o HDT vem consolidando cada vez mais sua posição junto à população.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações contábeis abrangem apenas as operações do Instituto Sócrates Guanaes, vinculados ao contrato de gestão nº 091/2012 do Hospital de Doenças Tropicais - HDT, e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os



Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, no caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão, por força do entendimento da ITG 1000, essência sobre a forma e Norma Brasileira de Contabilidade TG 1000(R1) – Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC 1.255/2009, cujas sínteses estão demonstradas a seguir:

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros não derivativos

O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa e contas a receber que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados.

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário.

O valor de recebíveis de contratos de gestão, refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros dias de 2019, conforme previsto no Contrato de Gestão 091/2012 ISG-HDT. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

(b) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Em 31 de dezembro de 2018, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.2 Ativo imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

O Instituto Sócrates Guanaes, por meio do contrato de gestão nº 091/2012/SES-GO, administra o HDT e todos os bens adquiridos com recursos do contrato. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixaram de ser registrados no imobilizado e no intangível. O contrato de gestão define que tais bens são do Estado e que ao final do contrato estes serão devolvidos a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás – SES-GO. Os bens adquiridos no decurso do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição.

(b) Depreciação

A depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, deixou de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Sócrates Guanaes, mas, sim, do Estado de Goiás.

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 424.5131 DO
LIVRO: B-EM 21-05-19



1º Registro de Títulos e Documentos de Salvador/Br
Oficial Substituta

3.3 Redução ao valor recuperável (“impairment”)


Oficial Substituta

O valor contábil do ativo imobilizado é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão 091/2012, deixaram de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no item 3.2 acima descrito.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do Instituto em 31 de dezembro de 2018.

3.4 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que os mesmos se apresentam livres de ônus ou gravames.

3.5 Patrimônio líquido

O Instituto aplica integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos.


3.6 Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado.

3.7 Tributação

O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por isso nenhum imposto, sobre o lucro, foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo, para apuração do PIS, é o valor da folha de pagamento. O percentual aplicado para a apuração do PIS é de 1% sobre o valor da folha. O valor apurado é recolhido mensalmente

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 42451-31 DO
LIVRO: B-EM 21-05-19



Oficial Substituta

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	-	1.543,77
Bancos conta movimento	668.379,20	5.073.036,84
Aplicações financeiras (*)	<u>602.455,19</u>	<u>504.550,76</u>
	<u>1.270.834,39</u>	<u>5.579.131,37</u>

(*) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Fundo de Investimento da Caixa Econômica Federal (Caixa FIC), R\$ 602.355,08 e, a aplicação Banco Santander, R\$ 100,11, ambas, de curtíssimo prazo remunerados a taxas de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

Cada recurso recebido em razão do convênio é alocado em contas-correntes que foram criadas especificamente para geri-lo e aplicá-lo devidamente. Porém, o ISG é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por parte do doador.



5 Demonstrativo do Contrato de Gestão e Aditivos

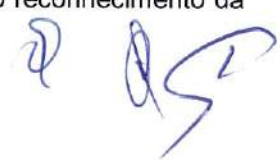
Ano	Subvenção Recebida (+)	Rendimento aplicação (+)	Custo Imob. Anterior (-)	Outras Receitas (+)	Reconh. Glosa e Ajustes (-)	Custo de Realizados (-)	Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)	Subvenção Prevista Anual	Saldo Acum. Sub. a Receber Conforme Cronograma Anual	Valor do Contrato/Aditivo	Saldo Acumulado de Subvenção a Receber	Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)	Custo Médio Mensal
2012	20.135.000,00	23.098,90	552.540,67	727.415,71	-	22.375.302,19	- 2.042.328,25	23.485.000,00	3.350.000,00	46.200.000,00	26.065.000,00	24.022.671,75	3.729.217,03
2013	48.421.556,38	41.837,43	1.270.588,53	20.049,99	1.357.941,42	52.051.858,55	8.239.272,95	49.149.744,72	4.078.188,34	48.537.660,57	26.181.104,19	17.941.831,24	4.337.654,88
2014	53.914.081,98	99.732,21	4.796.692,48	52.639,77	2.624.608,52	54.356.519,03	15.950.639,02	54.201.670,89	4.365.777,25	50.048.400,00	22.315.422,21	6.364.783,19	4.529.709,92
2015	58.428.685,81	12.005,62	1.153.870,94	207.722,60	6.759.166,63	64.380.674,01	16.077.603,31	59.865.811,85	5.802.903,29	70.307.467,56	34.194.203,96	18.116.600,65	5.365.056,17
2016	59.298.774,89	2.240,73	906.550,72	441.768,75	4.849.721,04	68.497.189,97	20.888.838,59	57.745.018,32	4.249.146,72	57.745.018,32	32.640.447,39	11.751.608,80	5.708.099,16
2017	72.701.618,12	7.645,08	71.580,77	335.584,15	1.000,00	77.143.358,99	25.057.931,00	66.194.177,91	2.258.293,49	74.975.706,52	34.914.535,79	9.856.604,79	6.428.613,25
2018	82.344.544,11	52.393,12	119.529,00	385.965,26	90.806,61	90.901.456,25	33.205.207,15	85.575.738,73	972.901,13	89.788.822,00	42.358.813,68	9.153.606,53	7.575.121,35

Os valores apresentados nesse demonstrativo referem-se às parcelas a serem executadas, previstas no Contrato de Gestão N° 091/2012, firmado entre a SES-GO - Secretaria de Estado da Saúde de Goiás e o Instituto, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no HDT, em Goiânia - GO.

Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)" no valor de R\$ 33.205 milhões, refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas –regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros dias de 2019, conforme previsto no Contrato de Gestão 091/2012 ISG-HDT.

Conforme descrito na coluna "Saldo Acumulado de Subvenção a Receber" e levando em consideração a previsão descrita no Contrato de Gestão, e demais aditivos o valor global a ser repassado a título de Subvenções em 31/12/2018 é de R\$ 42.358 milhões até a conclusão do contrato (prevista para 27/06/2019)

Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)" a Entidade possui o saldo de R\$ 9.153 milhões para o reconhecimento da receita, tendo como contrapartida os custo/despesas equivalentes, limitando-se ao valor do lastro contratual.



O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 0245132 DO
LIVRO: REA 01-05-19


 Oficial Substituta

6 Estoque

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição.

	2018	2017
Estoque HDT	1.321.558,97	785.449,73

7 Partes Relacionadas

		2018	2017
ISG - Matriz	(a)	22.374,63	3.445,86
IGS - HERC	(b)	212.979,24	16.164,15
		235.353,87	19.610,01

(a) Refere-se a bloqueios judiciais efetuados na conta corrente do HDT, relativos a processos trabalhistas de ex-funcionários do ISG Matriz. Esse valor deverá ser devolvido do ISG Matriz para o HDT.

(b) Em dezembro de 2017 o ISG aderiu ao parcelamento da dívida do INSS das unidades HEAL, HDT, HERC, CS e da Sede. Como os pagamentos são unificados, e alguns foram realizados pelo HDT, e as parcelas correspondentes a cada uma das unidades acima estão sendo registradas como empréstimos a receber.

8 Ativo Compensado

O grupo de contas do Ativo e do Passivo compensado refere-se aos bens patrimoniais recebidos da SES-GO e aos adquiridos durante a vigência do contrato de gestão nº 091/2012, firmado com o Estado de Goiás, para auxiliar a prestação dos serviços propostos, apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Custo	Instalações	Móveis e Utensílios	Máq. e Equip.	Equip. de Infor.	Equip. Hosp.	Benefitorias em Prop. de Terceiros	Direito de Uso de Softw.	Outros Bens Recebidos em Comodato	Total
Em 31 de dezembro de 2016	33.180,03	599.218,42	219.019,99	260.191,27	1.218.113,50	6.324.492,87	26.027,26	4.626.039,92	13.306.283,26
Adição	-	25.491,86	8.315,00	33.250,00	4.524,00	28.100,00	-	-	99.680,86
Em 31 de dezembro de 2017	33.180,03	624.710,28	227.334,99	293.441,27	1.222.637,50	6.352.592,87	26.027,26	4.626.039,92	13.405.964,12
Adição	-	45.229,00	14.494,00	41.506,00	18.300,00	-	-	29.400,00	148.929,00

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 42151-31 DO
LIVRO: BEM 21-05-19

Em 31 de
dezembro
de 2018

33.180,03 669.939,28 241.828,99 334.947,27 1.240.937,50 6.352.592,87 26.027,26 4.655.439,92 13.554.893,12

9 Fornecedores

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores de bens e mercadorias	1.791.180,50	3.217.009,64
Fornecedores de serviços	10.829.830,71	8.613.893,07
	<u>12.621.011,21</u>	<u>11.830.902,71</u>

Os fornecedores de bens e mercadorias, são decorrentes de aquisições, em sua grande maioria, de medicamentos, material médico hospitalar, gases medicinais e outros insumos, bem como os fornecedores de serviços, que representam o total de serviços contratados (inclusive serviços médicos e hospitalares) são todos necessários a atividade operacional para atendimento ao contrato de gestão 091/2012, ISG-HDT.

10 Salários e encargos sociais

As obrigações são decorrentes basicamente das folhas de pagamentos do Instituto e estão assim apresentadas:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários a pagar	2.327.547,48	1.422.261,50
INSS	1.879.988,53	798.435,30
FGTS	254.132,20	214.816,40
Provisões férias e encargos	3.370.441,28	2.839.053,94
Outros	1.438,76	1.243,52
	<u>7.833.548,25</u>	<u>5.275.810,66</u>

11 Obrigações tributárias

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
INSS retido de terceiros	1.200.864,67	996.881,52
Imposto de renda retido na fonte	2.714.910,30	2.304.068,04
ISS retido de terceiros	256.525,60	353.494,74
PIS / COFINS e CSLL retidos de terceiros	769.816,74	551.484,22
PIS sobre folha de pagamento	251.068,95	159.151,10
COFINS retido na fonte a recolher	10.260,64	4.050,38
INSS Parcelamento	3.804.623,47	4.329.825,61
	<u>9.008.070,37</u>	<u>8.698.955,61</u>




O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 42451-31 DC
LIVRO: B-E-4 21-05-19

12 Subvenções assistências a realizar

O montante de subvenção a realizar proveniente do contrato 091/2012 ISG-HDT/COREME (Comissão de Residência Médica) está composto da seguinte forma:

1º Registro de Títulos e Documentos de Salvador/BA


Oficial Substituta

	2018	2017
Subvenções Governamentais – COREME	9.411,05	9.411,05
	<u>9.411,05</u>	<u>9.411,05</u>

A subvenção não deve ser reconhecida até que exista uma razoável segurança de que o Instituto cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à aplicação.

A subvenção aqui apresentada impõe determinada condição de desempenho futuro e/ou limitações em sua aplicação, sobre o Instituto (ISG/HDT, desta forma a mesma é controlada no passivo e somente após atendido os critérios de desempenho e/ou utilização do recurso é reconhecida como receita.

Atendidos os critérios estabelecidos nas normas contábeis e no contrato de gestão, durante o exercício, a realização das despesas superou os valores repassados pela SES-GO. Desta forma, a entidade teve que antecipar custos e passou a registrar essas diferenças em direito a receber no ativo circulante, conforme Nota 05, limitando-se esse reconhecimento ao valor do contrato.

13 Partes Relacionadas

		2018	2017
ISG – HEAL	(a)	-701.984,39	-500.120,31
IGS - CS	(b)	-5.346.973,52	-5.319.226,62
		<u>-6.048.957,91</u>	<u>-5.819.346,93</u>

(a) Referente a recursos transferidos do HEAL para pagamento de tributos e contribuições parcelados do HDT.

(b) Refere-se a recursos transferidos do CS e HEAL para pagamentos de despesas recorrentes do HDT.

14 Contingências

A Entidade é parte em ações judiciais perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

Por força do 5º Termo Aditivo ao contrato de gestão nº 091/2012/SES/GO, assinado em 19/08/2016, especificamente, nos itens 8.7; 8.7.1 e 13.9, fica definido que apesar da responsabilidade ser da CONTRATADA (ISG-HDT), a CONTRATANTE (SES/GO) assume todo o ônus financeiro dos custos de desligamento com colaboradores, motivo pelo qual, não houve o reconhecimento da provisão trabalhista. Contudo o valor estimado das causas classificadas em dezembro de 2018 como perda provável é, de, R\$ 97.788,89, e como perda possível R\$ 100.000,00, com base em informações de seus assessores jurídicos.

15 Receitas com programa de atividades de saúde com restrição

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Programa atividades de saúde (i)	86.301.549,76	75.321.916,10
Receita Ressarcimento Rescisão (i)	502.667,07	1.549.794,52
	<u>86.804.216,83</u>	<u>76.871.710,62</u>

- (i) Receita de subvenção realizada em razão da execução do Contrato de Gestão - CG nº 091/2012, firmado com SES-GO - Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, sendo em 31 de dezembro de 2018, R\$ 86.804.216,83 registrado como receita de subvenção para custeio (R\$ 76.871.710,62 em 31 de dezembro de 2017).

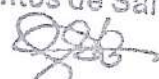
16 Custos com programa de atividades de saúde

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custo de pessoal próprio	28.992.309,08	26.980.849,66
Custo de pessoal cedido (i)	18.841.302,54	13.044.822,04
Custos de serviços assistências e de apoio	3.154.606,99	3.802.469,97
Medicamentos	2.160.855,35	2.934.635,72
Materiais médicos e hospitalares	1.179.165,91	2.122.965,71
Materiais em geral	373.491,12	581.835,60
Outros	119.529,00	1.109.034,83
	<u>54.821.259,99</u>	<u>50.576.613,53</u>

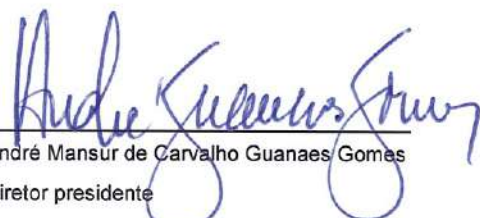
- (i) Em detrimento do contrato de gestão 091/2012, foram cedidos funcionários estatutários, conforme cláusula específica, para compor o quadro de pessoal do HDT, cujas remunerações continuam sendo pagas pelo Estado. Em atendimento ao princípio contábil da essência sobre a forma, esses valores foram reconhecidos na contabilidade, como custo, pois em essência, o pessoal cedido trabalha no HDT e são remunerados com recursos provenientes do contrato de gestão nº 091/2012, mediante dedução dos valores de subvenções mensais.

16 Eventos Subsequentes

Até a data de apresentação não houve identificação de eventos que pudessem ser objeto de nota.

1º Registro de Títulos -
Documentos de Salvador/BA

Oficial Substituta

Goiânia (GO), 26 de abril de 2019.



André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes

Diretor presidente

CPF: 195.644.575-72



João Carlos da Silva Sampaio

Diretor Financeiro

CPF: 241.522.425-15



Patrícia de Oliveira da Silva

Contadora CRC 1RJ086066/O-0 "S" GO

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 42451-32 DO
LIVRO: BEM 21-05-19

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

1º Registro de Títulos e
Documentos de Salvador /BA



Oficial Substituta

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 42451-3L DO
LIVRO: A-EM 21-05-19

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanco patrimonial

Demonstração do resultado e do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

1º Registro de Títulos e
Documentos de Salvador/BA



Oficial Substituta

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 42451-3L DO
LIVRO: A-EM 21-05-19

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos diretores e conselheiros do
INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG
GESTORES DO CENTRO ESTADUAL DE ATENÇÃO PROLONGADA E CASA DE APOIO
CONDOMÍNIO SOLIDARIEDADE – CEAP-SOL
Goiânia - GO

1º Registro de Títulos e
Documentos de Salvador /Ba.


Oficial Substituta

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG – Gestor do Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade – CEAP-SOL (Entidade)**, - que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada “**Base para opinião com ressalva**”, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG – Gestor do Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade – CEAP-SOL**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva

Os relatórios gerenciais apresentados, sob a responsabilidade da Entidade, foram insuficientes para concluir sobre a valoração dos custos que compõem o valor do Estoque de R\$ 280 mil. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à valoração do grupo e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria.

Os registros contábeis apresentados, sob a responsabilidade da Entidade, foram insuficientes para concluir sobre a composição do Saldo das Contas referentes aos encargos sociais e obrigações tributárias (INSS, IRRF retido, ISS retido, COFINS retido, CSLL retido, PIS retido, bem como PIS sob a folha de pagamento), uma vez que essas rubricas não sofreram atualização de juros e multas dos respectivos débitos. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à composição desses valores e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria.

Conforme descrito na Nota 08 - Fornecedores, a Entidade possui obrigações decorrentes de aquisições, em sua grande maioria de medicamentos, insumos e serviços, necessárias para o atendimento ao contrato de gestão 003/2013 e seus aditivos. Porém, os controles apresentados pelo departamento financeiro não são análogos aos lançamentos contábeis, principalmente no que se refere a provisão de serviços prestados, onde o montante de R\$ 418.769,29 pode vir a estar subavaliado, pelo fato dos fornecedores terem continuado a prestação de serviço, conforme previsão contratual. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à valoração das possíveis

O REGISTRO/AVERSIÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 42451-36 DO
LIVRO: AEM 01-05-19

contingências e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria, das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

▪ Subvenção a Realizar e Reconhecimento da Receita

Os detalhes sobre a política contábil, relativos a Subvenções a realizar, proveniente de repasses da Secretária de Estado da Saúde de Goiás – SES/GO, estão correlacionados na Nota “11 SUBVENÇÕES ASSISTÊNCIAIS A REALIZAR”, relacionada nas demonstrações contábeis da Entidade.

A avaliação realizada pela administração da Entidade, sobre Subvenções a realizar, no valor de R\$ 1.128 milhões, envolve o pressuposto de que o acordado no Termo de Transferência de Gestão nº 003/2013, e aditivos, firmado entre a **SES-GO** - Secretaria de Estado da Saúde de Goiás e o **INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG**, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do **Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade – CEAP-SOL**, será cumprido no exercício seguinte.

A decisão concretizada pela Administração da Entidade foi de honrar com os critérios exigidos no contrato de Gestão. Neste sentido, a Entidade realizou custos/despesas, definidos em contrato, fato este que gerou um reconhecimento de Receita com atividade de saúde na ordem de R\$ 21.509 milhões. Contudo, não ocasionando o reconhecimento do crédito de subvenção a favor da Entidade, em virtude do custo/despesa ter sido menor que os valores repassados, para o período em análise.

Resposta da auditoria ao assunto

Avaliamos a consistência entre a política contábil, relacionada com o registro das Subvenções Governamentais a Realizar/Executar, vinculado ao contrato de gestão junto a SES/GO, e se os procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade.

Realizamos testes para validar se o REGIME DE COMPETÊNCIA estava sendo observado, se a

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 42951-31 DO
LIVRO: A-E-M 21-05-19

receita de subvenção governamental estava reconhecida, ao longo do período necessário, e se esta foi confrontada com as despesas correspondentes. Também, verificamos que a receita não estava sendo reconhecida no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras contratuais para realizar o reconhecimento dessa receita.

Contudo, realizamos uma análise da correlação entre o reconhecimento da receita de subvenção em confronto com as despesas correspondentes, uma vez que o contrato suporta o reconhecimento da receita em relação a tais custos/despesas, conforme relacionado na Nota "11 SUBVENÇÕES ASSISTÊNCIAS A REALIZAR", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB

▪ **Critério Contábil – Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2)**

Os detalhes sobre a política contábil, relativa a mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota "3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS", subitem "3.2 ATIVO IMOBILIZADO", letra "a", "RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO", relacionada nas demonstrações contábeis da Entidade.

A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos do Termo de Transferência de Gestão nº 003/2013, firmado entre a SES-GO - Secretaria de Estado da Saúde de Goiás e o Instituto Sócrates Guanaes – ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do **Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade – CEAP-SOL**, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo Ativo Imobilizado. O contrato deixa claro que tais bens são do Estado, por meio da SES-GO, e que ao final, do instrumento pactuado, estes serão devolvidos à contratante. Neste sentido, a Entidade gestora do **CEAP-SOL** optou por acatar o novo entendimento contábil.

Resposta da auditoria ao assunto

Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, em especial as Resoluções CFC N.º 1.374/11, que dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e Resolução CFC N.º 1.185/09, que aprovou a NBC TG 26 (R5) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, obtém-se o entendimento que a essência sobre a forma deve prevalecer.

Em observação as referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos conduziram a uma apresentação tão enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis, qual seja, exigência à contínua obediência da prevalência da **ESSÊNCIA SOBRE A FORMA**, estabelecido na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s).

Neste sentido, encaminhamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconheceu que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com a subvenção relacionada, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsão contratual,

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 42451-31 DO
LIVRO: A-EM 21-05-19

e atendimento a essência sobre a forma, contrariando parte dos dizeres da Resolução CFC 1.305/2010, que aprova a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais.

Ênfase

Continuidade das operações

Conforme descrito na Nota 11, os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pela SES-GO, conforme previsto no Termo de Transferência de Gestão N° 003/2013 e demais aditivos. Contudo, indicamos a existência de incerteza quanto a continuidade/prorrogação do contrato de gestão, prevista para conclusão em 27/06/2019. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Conforme descrito na Nota 7, os relatórios gerenciais apresentados, sob a responsabilidade da Entidade, não estão análogos às contas contábeis demonstradas no grupo de Ativo e Passivo Compensado, e, por força de contratos, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, com modificação, em 25 de abril de 2018.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança,

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O N° 42451-31 DO
LIVRO: A-E-M 25-05-19



mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como **mais significativos** na auditoria das demonstrações contábeis

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 42451-31 DO
LIVRO: AEM 21-05-19




Oficial Substituta

do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia – GO, 30 de abril de 2019.



Work7 Auditores Independentes SS
CRC 001891 GO



José Ricardo Xavier
Contador CRC GO-013785/O-0
CVM 12.424

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 42451.31 DO
LIVRO: A-EM 2105-19

1º Registro de Títulos e
Documentos de Salvador/BA


 Oficial Substituta

**Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)**

	Nota	2018	2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	404.962,78	4.523.545,46
Estoque	5	280.390,65	219.471,05
Contrato de Gestão Ressarcimento Rescisão	11	230.859,47	0,00
Outros ativos		62.778,96	42.065,32
Total do ativo circulante		978.991,86	4.785.081,83
Não circulante			
Partes relacionadas	6	5.380.919,64	5.366.630,89
Total do ativo não circulante		5.380.919,64	5.366.630,89
Total do ativo		6.359.911,50	10.151.712,72
Ativo compensado	7	7.860.734,21	7.777.238,91
Total do ativo e do ativo compensado		14.220.645,71	17.928.951,63
Passivo e patrimônio social			
Circulante			
Fornecedores	8	2.499.160,00	609.856,92
Salários e encargos sociais	9	1.943.135,67	1.381.766,80
Obrigações tributárias	10	535.197,35	195.983,41
Subvenções assistências a realizar	11	1.359.244,55	7.913.591,49
Outras conta a pagar	12	23.173,93	43.108,39
Total do passivo circulante		6.359.911,50	10.144.307,01
Não Circulante			
Partes relacionadas	6	-	7.405,71
Total do passivo não circulante		-	7.405,71
Total do passivo		6.359.911,50	10.151.712,72
Passivo compensado	7	7.860.734,21	7.777.238,91
Total do passivo e patrimônio social e passivo compensado		14.220.645,71	17.928.951,63

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


 André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes
 Diretor presidente
 CPF: 195.644.575-72


 João Carlos da Silva Sampaio
 Diretor Financeiro
 CPF: 241.522.425-15


 Patrícia de Oliveira da Silva
 Contadora CRC 1R.J086066/O-0 "S"

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 42451-36 DO
LIVRO: A-EM 21-05-19

1º Registro de Títulos e
Documentos de Salvador/BA

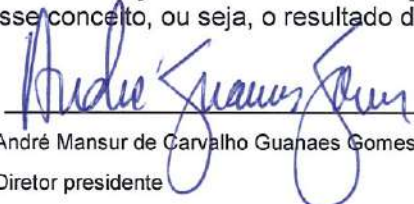

Oficial Substituta

GO
**Demonstração do resultado
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)**

	Nota	2018	2017
Receitas com restrição			
Programa atividades de saúde	13	21.509.030,51	18.877.462,35
Receitas sem restrição			
Outras receitas		2.000,00	-
Custos com programa			
Programa de atividades de saúde	14	(10.957.609,75)	(7.953.567,80)
Superávit bruto		10.553.420,76	10.923.894,55
Despesas operacionais			
Com pessoal		(2.927.637,04)	(3.332.798,84)
Serviços prestados por terceiros		(6.966.428,78)	(6.867.932,27)
Gerais e administrativas		(494.471,83)	(668.667,43)
Tributárias		(139.956,03)	(55.010,58)
		(10.528.483,68)	(10.924.409,12)
Déficit antes do resultado financeiro		24.927,08	(514,57)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		93.886,81	63.679,32
Despesas financeiras		(118.813,89)	(63.164,75)
		24.927,08	514,57
Superávit do exercício		(0,00)	0,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

A demonstração de resultado abrangente não foi apresentada, pois não há operações registradas sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente.


André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes
Diretor presidente
CPF: 195.644.575-72



João Carlos da Silva Sampaio
Diretor Financeiro
CPF: 241.522.425-15


Patrícia de Oliveira da Silva
Contadora CRC 1RJ086066/O-0 "S"
GO

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 42451-3L DO
LIVRO: A-EM 21-05-19

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)**

 1º Registro de Títulos e
Documentos de Salvador/BA.


 Oficial Substituta

EVENTOS	Patrimônio Social	Outras Reservas	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit / Déficit	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de Janeiro de 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Movimentação do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit / Déficit do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Superávit com Restrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos de Gestão e Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes do exercício anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Movimentação do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit / Déficit do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Superávit com Restrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos de Gestão e Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


 André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes
 Diretor presidente
 CPF: 195.644.575-72


 João Carlos da Silva Sampaio
 Diretor Financeiro
 CPF: 241.522.425-15

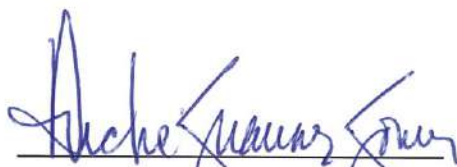

 Patrícia de Oliveira da Silva
 Contadora CRC 1RJ086066/O-0 "S"
 GO

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 42451-3L DO
IVRO: A-EM 21-05-19

**Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em reais)**

	2018	2017
1º Registro de Títulos e Documentos de Salvador/BA		
		
Oficial Substituto		
Fluxos de caixa das atividades sociais		
Superávit do exercício	-	-
Variações nos ativos e passivos		
Estoque	(60.919,60)	(201.036,94)
Partes relacionadas	(21.694,46)	(3.466.478,10)
Outros ativos	(20.713,64)	(42.065,32)
Fornecedores	1.915.208,08	253.755,52
Salários e encargos sociais	679.614,30	1.381.766,80
Obrigações tributárias	221.268,51	122.854,60
Subvenções e assistências a realizar	(6.811.111,41)	2.469.108,88
Outras conta a pagar	(19.934,46)	43.108,39
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades sociais	(4.118.582,68)	561.013,83
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(4.118.582,68)	561.013,83
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.523.545,46	3.962.531,63
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	404.962,78	4.523.545,46

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes
Diretor presidente
CPF: 195.644.575-72



João Carlos da Silva Sampaio
Diretor Financeiro
CPF: 241.522.425-15



Patrícia de Oliveira da Silva
Contadora CRC 1RJ086066/O-0 "S"
GO

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 42451-32 DO
LIVRO: A-EM 21-05-19

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(em reais)**

1. Contexto Operacional

O Instituto Sócrates Guanaes - ISG é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde. Especializada em gestão de serviços de saúde seja ela pública ou privada, utilizando-se de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa.

A Unidade administrada pelo Instituto Sócrates Guanaes, Termo de Transferência de Gestão nº 003/2013, conta com assistência Integral e Multidisciplinar aos portadores do vírus HIV/AIDS e Núcleo Psicossocial (Casa de Apoio), que oferece hospedagem para pacientes soropositivos residentes nos municípios do interior do Estado, com procedimentos de saúde a serem realizados em Goiânia.

Atualmente encontra-se integrado ao HDT, com extensão as internações de longa duração, amplificando sua atuação para doenças infectocontagiosas, porém mantendo-se ainda como casa de Apoio e Reabilitação. A unidade ainda tem como objetivo auxiliar a reintegração de seus pacientes no respectivo núcleo familiar e na comunidade.

2 Base de preparação

**2.1 Declaração de conformidade com relação às normas do
Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC**

As demonstrações contábeis abrangem apenas as operações do Instituto Socrates Guanaes, vinculados ao termo de transferência nº 003/2013 do Centro Estadual de Atenção Prolongada e Casa de Apoio Condomínio Solidariedade (CEAP-SOL), e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC

1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, no caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão, por força do entendimento da ITG 1000, essência sobre a forma e Norma Brasileira de Contabilidade TG 1000 – Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC 1.255/2009, cujas sínteses estão demonstradas a seguir:

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto.

2 Base de preparação

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis


As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros não derivativos

O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa e contas a receber que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados.

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 42451-31 DO
LIVRO: A-EM 21-05-19

1º Registro de Títulos e
Documentos de Salvador /BA

Oficial Substituta



Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário.

O valor de recebíveis de contratos de gestão, quando existentes, são provenientes de valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros dias do ano subsequente, conforme previsto no Termos de Transferência de Gestão 003/2013 ISG/CEAP-SOL. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

(b) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Em 31 de dezembro de 2018, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, impostos, contribuições, e empréstimos de terceiros, além de recursos provenientes de contrato de gestão a serem executados.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.2 Ativo imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

O Instituto Sócrates Guanaes, por meio do Termo de Transferência de gestão nº 003/2013/SES-GO, administra o CEAP-SOL e todos os bens adquiridos com recursos do contrato. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixaram de ser registrados no imobilizado e no intangível. Termo de Transferência de gestão define que tais bens são do Estado e que ao final do termo estes serão devolvidos a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás – SES-GO. Os bens adquiridos no decurso do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição.



Oficial Substituta

(b) Depreciação

A depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, deixou de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Sócrates Guanaes, mas, sim, do Estado de Goiás.

3.3 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

O valor contábil do ativo imobilizado, quando aplicável, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos do Termo de Transferência de gestão nº 003/2013, deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no item 3.2 acima descrito.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do Instituto em 31 de dezembro de 2018.

3.4 Estoques

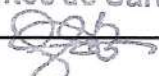
Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que os mesmos se apresentam livres de ônus ou gravames.

3.5 Patrimônio líquido

O Instituto aplica integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos.

3.6 Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado.


 Oficial Substituta

3.7 Tributação

O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por isso nenhum imposto, sobre o lucro, foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo, para apuração do PIS, é o valor da folha de pagamento. O percentual aplicado para a apuração do PIS é de 1% sobre o valor da folha.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Fundo fixo	11,19	-
Bancos conta movimento	254.386,27	2.181.075,37
Aplicações financeiras (*)	150.565,32	2.342.470,09
	<u>404.962,78</u>	<u>4.523.545,46</u>

(*) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Fundo de investimento da Caixa Econômica Federal (Caixa FIC) de curtíssimo prazo remunerados a taxas de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.


Cada recurso recebido em razão do convênio é alocado em contas-correntes que foram criadas especificamente para geri-lo e aplicá-lo devidamente. Porém, o ISG é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por parte do doador.

5 Estoque

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição.

	2018	2017
Estoque	280.390,65	219.471,05
	<u>280.390,65</u>	<u>219.471,05</u>

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 42451-3A DO
LIVRO: A-EM 21-05-19


Oficial Substituta

6 Partes relacionadas

		2018	2017
ISG - Matriz	(a)	33.946,12	47.404,27
ISG - HDT	(b)	5.346.973,52	5.319.226,62
ISG - HEAL	(c)	-	-7.405,71
		5.380.919,64	5.359.225,18

- (a) Refere-se a bloqueios judiciais efetuados na conta corrente do Condomínio Solidariedade, relativos a processos trabalhistas de ex-funcionários do ISG Matriz. Esse valor deverá ser devolvido do ISG Matriz para o Condomínio Solidariedade.
- (b) Refere-se ao saldo entre recursos transferidos do Condomínio Solidariedade para o HDT, deduzidos dos valores que o Condomínio Solidariedade tem a pagar ao HDT relativos, principalmente, ao custo com funcionários conforme rateio efetuado entre as partes.
- (c) Refere-se à desbloqueios de depósitos judiciais ocorridos no HEAL e recebidos na conta corrente do CS. O mesmo foi regularizado em 2018.

7 Ativo Compensado

O grupo de contas do Ativo e do Passivo compensado refere-se aos bens patrimoniais recebidos da SES-GO e aos adquiridos durante a vigência do contrato de gestão nº 003/2013, firmado com o Estado de Goiás, para auxiliar a prestação dos serviços propostos, apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2018.

Custo	Bens Recebido em Comodato	Móveis e Utensílios	Máq. e Equip.	Equip. de Inform.	Equip. Hosp.	Benfeitorias em Propried. de Terceiros	Software	Total
Em 31 de dezembro de 2016	179.864,72	1.577.071,24	181.803,30	64.415,24	576.744,03	4.653.322,11	289.678,40	7.522.699,04
Adição	-	95.935,32	20.459,55	136.465,00	1.670,00	-	-	254.529,87
Em 31 de dezembro de 2017	179.864,72	1.673.006,56	202.062,85	200.880,24	578.414,03	4.653.322,11	289.678,40	7.777.226,91
Adição	-	57.389,30	10.180,00	14.538,00	1.388,00	-	-	83.495,30
Em 31 de dezembro de 2018	179.864,72	1.730.395,86	212.242,85	215.418,24	579.812,03	4.653.322,11	289.678,40	7.860.724,21

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 42451-31 DO
LIVRO: A-EM 21-05-19

8 Fornecedores

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores de bens e mercadorias (a)	256.893,84	140.837,27
Fornecedores de serviços (b)	<u>2.242.266,16</u>	<u>469.019,65</u>
	<u>2.499.160,00</u>	<u>609.856,92</u>

(a) Os fornecedores de bens e mercadorias são decorrentes de aquisições, em sua grande maioria, de medicamentos, material médico hospitalar, gases medicinais e outros insumos.

(b) Os fornecedores de serviços, que representam o total de serviços contratados (inclusive serviços médicos e hospitalares) são todos necessários a atividade operacional para atendimento ao termo de transferência de gestão 003/2013, ISG/CEAP-SOL.

9 Salários e encargos sociais

As obrigações são decorrentes basicamente das folhas de pagamentos do Instituto e estão assim apresentadas:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários a pagar	582.747,49	403.597,58
INSS	455.848,92	205.176,03
FGTS	62.102,07	56.641,83
Provisões férias e encargos	839.232,6	716.215,69
Outros	3.204,59	135,67
	<u>1.943.135,67</u>	<u>1.381.766,80</u>

10 Obrigações tributárias

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
INSS retido de terceiros	117.945,43	24.346,87
ISS retido de terceiros	50.599,88	21.957,28
PIS s/ Folha a recolher	18.812,82	7.460,69
Imposto de renda retido na fonte	297.401,41	128.500,73
PIS / COFINS e CSLL retidos de terceiros	50.437,81	13.717,84
	<u>535.197,35</u>	<u>195.983,41</u>

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 42451-32 DO
LIVRO: A-EM 21-05-19


 Oficial Substituta

11 Subvenções assistências a realizar

O montante de subvenção a realizar proveniente do termo de transferência de gestão 003/2013 ISG-CEAP-SOL está composto da seguinte forma:

Ano	Subvenção Recebida (+)	Rendimento aplicação (+)	Custo Imob. Anterior (-)	Outras Receitas (+)	Reconh. Custo de Glosa e Ajustes (-)	Custos Realizados (-)	Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)	Subvenção Prevista Anual	Saldo Acum. Sub. a Receber Conforme Cronogram a Anual	Valor do Contrato/Aditivo	Saldo Acumulado de Subvenção a Receber	Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)
2013	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 789.496,30	R\$ 789.496,30	R\$ 5.526.474,10	R\$ 5.526.474,10	R\$ 5.526.474,10
2014	R\$9.470.854,96	R\$91.399,75	R\$ 2.481.996,08	R\$ -	R\$ -	R\$ 6.262.731,08	R\$ 817.527,55	R\$ 12.568.524,54	R\$3.887,165,88	R\$12.489.574,91	R\$8.545.194,05	R\$ 9.362.721,05
2015	R\$13.805.942,96	R\$48.089,57	R\$ 4.479.099,24	R\$ 238,64	-R\$ 146.087,62	R\$ 9.896.186,67	R\$ 442.600,43	R\$ 12.059.526,39	R\$2.140.749,31	R\$12.102.006,39	R\$8.841.257,48	R\$ 7.283.857,48
2016	R\$14.521.626,96	R\$ 486,97	R\$ 381.739,00	R\$ 14.834,08	R\$ 66.479,78	R\$ 9.086.847,05	R\$5.444.482,61	R\$ 15.494.458,17	R\$ 3.113.580,52	R\$21.234.000,00	R\$13.553.630,52	R\$ 18.998.113,13
2017	R\$21.346.571,23	R\$53.089,65	R\$ 254.539,87	R\$ 10.589,67	R\$ 157.912,32	R\$ 18.528.689,48	R\$7.913.591,49	R\$ 21.368.644,02	R\$ 3.135.653,31	R\$21.498.873,48	R\$13.705.932,77	R\$ 21.619.524,26
2018	R\$14.722.993,23	R\$93.886,81	R\$ 83.495,30	R\$ 2.000,00	-R\$ 830,87	R\$ 21.521.422,02	R\$1.128.385,08	R\$ 18.739.785,20	R\$ 7.152.445,28	R\$18.739.785,20	R\$17.722.724,74	R\$ 18.851.109,82

Subvenção não deve ser reconhecida até que exista uma razoável segurança de que o Instituto cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à aplicação.

A subvenção aqui apresentada impõe determinada condição de desempenho futuro e/ou limitações em sua aplicação, sobre o Instituto (ISG/CEAP-SOL), desta forma a mesma é controlada no passivo e somente após atendido os critérios de desempenho e/ou utilização do recurso é reconhecida como receita.

Conforme descrito na coluna "Saldo Acumulado de Subvenção a Receber" e levando em consideração a previsão descrita no Contrato de Gestão, e demais aditivos o valor global a ser repassado a título de Subvenções em 31/12/2018 é de R\$ 7.152 milhões até a conclusão do contrato (prevista para 27/06/2019).

Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)" a Entidade possui o saldo de R\$ 18.851 milhões para o reconhecimento da receita, tendo como contrapartida os custo/despesas equivalentes, limitando-se ao valor do lastro contratual.

12 Outras Contas a pagar

	2018	2017
Outras contas a pagar (a)	23.173,93	43.108,39
	23.173,93	43.108,39

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 42451-31 DO
LIVRO: AEM 21-05-19

- (a) O valor de R\$ 43.108,39 se refere a provisão de serviços prestados para o ano de 2017, o qual, foi transferido para a conta de fornecedores de serviço conforme nota 8. O valor de R\$ 23.173,93, se refere a empréstimo de medicamentos recebidos de terceiros e rateio de despesas com pessoal.

1º Registro de Títulos e
Documentos de Salvador /BA



Oficial Substituta

13 Receitas operacionais - com restrição

	2018	2017
Programa atividades de saúde (i)	<u>21.509.030,51</u>	<u>18.877.462,35</u>
	<u>21.509.030,51</u>	<u>18.877.462,35</u>

- (i) Receita de subvenção realizada em razão da execução do Termo de Transferência de gestão nº 003/2013, firmado com SES-GO – Secretaria de Estado da Saúde de Goiás e o ISG/CEAP-SOL.

14 Custos com programa de atividades de saúde

	2018	2017
Custo de pessoal cedido (i)	1.753.365,81	1.848.038,72
Custo de pessoal próprio	7.503.199,52	5.000.364,17
Generos Alimentícios	22.618,78	1.025,61
Materiais em geral	190.102,31	146.384,11
Materiais médicos e hospitalares	463.903,20	292.126,95
Custos de serviços assistências e de apoio	906.491,88	480.629,40
Outros	117.928,25	184.998,84
	<u>10.957.609,75</u>	<u>7.953.567,80</u>

- (i) Em detrimento do termo de transferência de gestão 003/2013, foram cedidos funcionários estatutários, conforme cláusula específica, para compor o quadro de pessoal do CEAP-SOL, cujas remunerações continuam sendo pagas pelo Estado. Em atendimento ao princípio contábil da essência sobre a forma, esses valores foram reconhecidos na contabilidade, como custo, pois em essência, o pessoal cedido trabalha no CEAP-SOL e são remunerados com recursos provenientes do termo de transferência de gestão nº 003/2013, mediante dedução dos valores de subvenções mensais.

Ô REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 42451-31 DO
LIVRO: ATEM 21-05-19

15 Contingências

A Entidade é parte em ações judiciais perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

Por força do 6º Termo Aditivo ao contrato de gestão nº 003/2013/SES/GO, assinado em 16/08/2017, especificamente, nos itens 9.19 e 9.19.1, fica definido que apesar da responsabilidade ser da CONTRATADA (ISG-CEAP-SOL), a CONTRATANTE (SES/GO) assume todo o ônus financeiro dos custos de desligamento com colaboradores, motivo pelo qual, não houve o reconhecimento da provisão trabalhista. Contudo o valor estimado das causas classificadas em 31 dezembro de 2018 como perda provável, com base em informações de seus assessores jurídicos, é de R\$ 135.663,15.

16 EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de apresentação não houve identificação de eventos que pudessem ser objeto de nota.

Goiânia (GO), 26 de abril de 2019.


André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes
Diretor presidente
CPF: 195.644.575-72


João Carlos da Silva Sampaio
Diretor Financeiro
CPF: 241.522.425-15


Patrícia de Oliveira da Silva
Contadora CRC 1RJ086066/O-0 "S"
GO

O REGISTRO/AVERBAÇÃO
COMPETENTE FOI EFETUADO
SOB O Nº 42451-31 DO
LIVRO: AEM 21-05-19

1º OFICIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE SALVADOR / BA
Av. Joana Angélica, 79 - Pupileira - Nazaré

Gierck Guimarães Medeiros
Oficial Registrador

CERTIFICA, que o presente título foi protocolado sob o n. **50318** LIVRO : 0 Pag: 0 em 16/05/2019
e registrado nesta data sob o n. **42451** ,no LIVRO A:0 Pag: 0 conforme segue: DAJE Nº: **9999 023 517165**

Averbação Nº: **31**

Apresentante.....: **INSTITUTO SOCRATES GUANAES - ISG**

Valor Base.....: R\$ **349,52**

Natureza do Título.....: **ATA**

Emolumentos	R\$	168,82
Taxa Fiscalização	R\$	119,89
FECOM	R\$	46,14
Def. Pública	R\$	4,47
PGE	R\$	6,71
FMMPBA		3,5

TOTAL GERAL.....: R\$ 349,52



ATA DATADA EM 06/05/2019

Salvador, 21 de Maio de 2019.



GABRIELA SANTANA BISPO
OFICIAL SUBSTITUTA

1º REGISTRO DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS E CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS - SALVADOR-BA
GABRIELA SANTANA BISPO
OFICIAL SUBSTITUTA